Springs Global Participações S.A.

Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas Referentes ao Trimestre Findo em 31 de Março de 2022 e Relatório do Auditor Independente

BDO RCS Auditores Independentes



Tel.: +55 11 3848 5880 Fax: + 55 11 3045 7363 www.bdobrazil.com.br

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **Springs Global Participações S. A.** Montes Claros - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Springs Global Participações S. A. ("Companhia")**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de maio de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 MG 009485/F-0

Paulo Sérgio Tufani Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - MG

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVOS

3 4 5 11 6.a 6.b 18.c 8.b	31.03.2022 134 - - - - 1.274 - 1.408	31.12.2021 117 968 -	31.03.2022 138.137 16.273 402.986 14.997 506.681 59.497 66.875 27.054 112.793	31.12.2021 199.765 19.219 448.935 17.618 517.713 40.094 76.609 28.300 132.855
4 5 11 6.a 6.b 18.c	- - - - - 1.274 -	- - - - - - 968	16.273 402.986 14.997 506.681 59.497 66.875 27.054	19.219 448.935 17.618 517.713 40.094 76.609 28.300
4 5 11 6.a 6.b 18.c	- - - - - 1.274 -	- - - - - - 968	16.273 402.986 14.997 506.681 59.497 66.875 27.054	19.219 448.935 17.618 517.713 40.094 76.609 28.300
4 5 11 6.a 6.b 18.c	- - - - - 1.274 -	- - - - - - 968	16.273 402.986 14.997 506.681 59.497 66.875 27.054	19.219 448.935 17.618 517.713 40.094 76.609 28.300
5 11 6.a 6.b 18.c			402.986 14.997 506.681 59.497 66.875 27.054	448.935 17.618 517.713 40.094 76.609 28.300
11 6.a 6.b 18.c			14.997 506.681 59.497 66.875 27.054	17.618 517.713 40.094 76.609 28.300
6.a 6.b 18.c			506.681 59.497 66.875 27.054	517.713 40.094 76.609 28.300
6.b 18.c			59.497 66.875 27.054	40.094 76.609 28.300
18.c			66.875 27.054	76.609 28.300
			27.054	28.300
8.b				
	1.408			
		1.085	1.345.293	1.481.108
4	1.782	1.737	7.663	7.618
7	-	-	14.765	16.343
22	-	-	164.139	123.499
6.b	-	-	35.748	25.201
11	-	-	80.839	97.049
18.c	-	-	30.013	29.086
18.b	1.905	1.905	17.356	20.023
10.b	-	-	13.522	15.541
19	-	-	8.528	8.448
	-	-	51.685	55.931
	3.687	3.642	424.258	398.739
8.a	956.281	1.035.134	-	-
9	-	-	460.604	459.890
10.a	-	-	561.697	578.621
11	-	-	158.713	183.709
12	-	-	91.604	94.125
	959.968	1.038.776	1.696.876	1.715.084
	961.376	1.039.861	3.042.169	3.196.192
	7 22 6.b 11 18.c 18.b 10.b 19	4 1.782 7 - 22 - 6.b - 11 - 18.c - 18.b 1.905 10.b - 19 3.687 8.a 956.281 9 - 10.a - 11 - 12 - 959.968	4 1.782 1.737 7 22 6.b 11 18.c 18.b 1.905 1.905 10.b 19 3.687 3.642 8.a 956.281 1.035.134 9 10.a 11 12 959.968 1.038.776 961.376 1.039.861	4 1.782 1.737 7.663 7 14.765 22 - 164.139 6.b - 35.748 11 - 80.839 18.c - 30.013 18.b 1.905 1.905 17.356 10.b - 13.522 19 - 8.528 - 51.685 - 3.687 3.642 424.258 8.a 956.281 1.035.134 9 - 460.604 10.a - 561.697 11 - 158.713 12 - 91.604

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Conso	lidado
	explicativa	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	13.747	15.681	412.106	772.280
Debêntures	14	-	-	16.927	158.596
Fornecedores	15	124	10	272.719	258.920
Obrigações sociais e trabalhistas		101	99	83.168	88.271
Impostos e taxas		70	61	24.310	29.776
Concessões governamentais	16	-	-	48.393	41.148
Arrendamentos a pagar	17	_	-	58.435	65.356
Impostos parcelados	18.d	_	-	68.712	57.002
Outras contas a pagar		-	-	68.159	74.569
Total do passivo circulante		14.042	15.851	1.052.929	1.545.918
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	13.399	13.915	372.286	75.037
Debêntures	14	_	-	141.067	_
Arrendamentos a pagar	17	_	-	219.641	260.380
Partes relacionadas	22	24.159	19.654	662	764
Concessões governamentais	16	_	_	51.959	54.436
Provisões diversas	19	_	_	13.532	13.776
Planos de aposentadoria e benefícios	20	_	_	110.594	129.437
Impostos diferidos	18.b	_	_	85.790	86.941
Impostos parcelados	18.d	_	-	62.474	36.654
Outras obrigações		-	-	21.459	2.408
Total do passivo não circulante		37.558	33.569	1.079.464	659.833
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:	21				
Capital realizado		1.860.265	1.860.265	1.860.265	1.860.265
Reserva de capital		79.381	79.381	79.381	79.381
Ajustes de avaliação patrimonial		126.181	126.234	126.181	126.234
Ajustes acumulados de conversão		(175.667)	(159.814)	(175.667)	(159.814)
Prejuízos acumulados		(980.384)	(915.625)	(980.384)	(915.625)
Total do patrimônio líquido		909.776	990.441	909.776	990.441
Total dos passivos e do patrimônio líquido		961.376	1.039.861	3.042.169	3.196.192
		======	======	======	======

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	25 26	- -	- -	381.276 (257.661)	430.358 (271.524)
LUCRO BRUTO		-	-	123.615	158.834
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS: De vendas Gerais e administrativas Honorários da administração Equivalência patrimonial - controladas Outras, líquidas	26 26 22 e 26 8.a	(178) (292) (62.947)	(287) (228) (27.806)	(76.524) (29.409) (3.781) - (461)	(91.234) (29.881) (3.159) - (6.312)
RESULTADO OPERACIONAL		(63.417)	(28.321)	13.440	28.248
Despesas financeiras – juros e encargos Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos Despesas bancárias, impostos, descontos e outros Receitas financeiras Variações cambiais líquidas	17	(1.251) - (137) 46	(767) - (109) 19 1.774	(60.869) (3.434) (32.180) 13.059 5.299	(31.246) (3.116) (28.157) 6.023 (2.631)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(64.759)	(27.404)	(64.685)	(30.879)
Provisão para imposto de renda e contribuição social: Corrente Diferido	18.a 18.a	- -	(603) -	(74) -	(747) 3.619
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(64.759) ======	(28.007)	(64.759) ======	(28.007)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO — R\$	27	(1,2952) =====	(0,5601) =====		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado	
	31.03.2022	31.03.2021
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(64.759)	(28.007)
Outros resultados abrangentes: - Itens que impactarão o resultado: Variação cambial de investimentos no exterior	(15.853)	11.803
- Itens que não impactarão o resultado: Ganho (perda) atuarial em planos de aposentadoria	(53)	23
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(80.665) ======	(16.181) ======
ATRIBUÍDO A:		
Participação dos acionistas controladores	(80.665) ======	(16.181) ======

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.860.265	79.381	113.814	(185.663)	(762.049)	1.105.748
Resultado abrangente:							
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(28.007)	(28.007)
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	36.958	-	36.958
Ganho atuarial em planos de aposentadoria		-	-	23	-	-	23
Reflexo de controladas-							
Variação cambial de investimentos líquidos	2.1.b	-	-	-	(25.155)	-	(25.155)
Total do resultado abrangente		-	-	23	11.803	(28.007)	(16.181)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021		1.860.265	79.381 =====	113.837	(173.860)	(790.056) ======	1.089.567

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.860.265	79.381	126.234	(159.814)	(915.625)	990.441
Resultado abrangente:							
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(64.759)	(64.759)
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(60.258)	-	(60.258)
Perda atuarial em planos de aposentadoria		-	-	(53)	-	-	(53)
Reflexo de controladas-							
Variação cambial de investimentos líquidos	2.1.b	-	-	-	44.405	-	44.405
Total do resultado abrangente		-	-	(53)	(15.853)	(64.759)	(80.665)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022		1.860.265	79.381 =====	126.181 =====	(175.667) ======	(980.384) ======	909.776

<u>SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.</u> <u>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</u>

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais Prejuízo líquido do período Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período ao	(64.759)	(28.007)	(64.759)	(28.007)
caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: Depreciação e amortização Equivalência patrimonial	- 62.947	- 27.806	24.722	24.547 -
Imposto de renda e contribuição social Resultado na alienação do ativo imobilizado	-	603	74 (54)	(2.872) 1.893
Variações monetárias	-	-	5.273	4.844
Variações cambiais Juros, encargos e comissões	1.340	(1.774) 674	(5.299) 74.114	2.631 48.263
Juros sobre arrendamentos	-	-	3.434	3.116
	(472)	(698)	37.505	54.415
Variações nas contas de ativos e passivos			2.004	2.045
Títulos e valores mobiliários Duplicatas a receber	-	-	2.901 16.793	2.045 3.886
Estoques	- -	-	2.214	(40.801)
Adiantamentos a fornecedores	_	_	(29.367)	(3.857)
Impostos a recuperar	-	145	8.807	12.053
Valores retidos	-	-	-	22.120
Fornecedores	114	34	30.604	(2.770)
Outros	(294)	(197)	18.913	16.933
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes dos juros e impostos	(652)	(716)	88.370	64.024
Juros pagos sobre empréstimos	(577)	(148)	(33.029)	(17.320)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(135)	(108)	(8.038)	(4.445)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(71) 	(46)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(1.364)	(972)	47.232	42.213
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Propriedades para investimento Imobilizado	-	-	(714) (3.862)	(141) (12.844)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	32	2.582
Empréstimos entre partes relacionadas	3.928	2.782	(37.415)	(9.987)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	3.928	2.782	(41.959)	(20.390)

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Fluxos de caixa das atividades de financiamento Ingresso de novos empréstimos e debêntures, líquidos				
dos encargos antecipados	-	-	31.107	51.077
Liquidação de empréstimos e debêntures	(2.547)	(2.031)	(91.430)	(80.760)
Liquidação de arrendamentos, líquidos	-	-	(10.410)	(10.060)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.547)	(2.031)	(70.733)	(39.743)
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	3.832	5.195
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	17	(221)	(61.628)	(12.725)
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	117	332	199.765	168.793
No fim do período	134	111	138.137	156.068
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	17	(221)	(61.628)	(12.725)

<u>DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO</u>

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

<u> </u>				
	Contro	oladora	Conso	lidado
	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
RECEITAS Vendas de mercadorias, produtos e serviços Resultado na alienação do ativo imobilizado	- -	- -	459.872 54	516.124 (1.893)
			459.926	514.231
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	- (445)	- (509)	(202.530) (98.604)	(207.888) (137.616)
	(445)	(509)	(301.134)	(345.504)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(445)	(509)	158.792	168.727
RETENÇÕES Depreciação e amortização	-	-	(24.722)	(24.547)
	-	-	(24.722)	(24.547)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(445)	(509)	134.070	144.180
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA Equivalência patrimonial Receitas financeiras Variação cambial ativa Royalties	(62.947) 46 - - (62.901)	(27.806) 19 1.774 - (26.013)	13.059 (3.735) 4.385 	6.023 4.437 4.136 14.596
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER)	(63.346)	(26.522)	 147.779	158.776
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO Remuneração do trabalho Impostos, taxas e contribuições Remuneração de capitais de terceiros Remuneração de capitais próprios	 162 1.251 (64.759)	 718 767 (28.007)	87.707 49.753 75.078 (64.759)	93.300 42.056 51.427 (28.007)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO)	(63.346) =====	(26.522) =====	147.779 =====	158.776 =====

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 31 DE MARÇO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. ("Companhia") é sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e foi constituída em 24 de novembro de 2005. Em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. ("CSA") e da Springs Global US, Inc. ("SGUS"), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas ("CTNM"), atual controladora da Companhia, e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. ("SI"), respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, iniciou suas atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob as marcas MMartan e Casa Moyses e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo com essas bandeiras são operadas pela AMMO VAREJO S.A. ("AMMO"), que é uma controlada indireta da Companhia.

A Companhia conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de maio de 2022.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes acumulados de conversão" e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 - Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

- (a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como "Outras, líquidas".
- (b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.
- i) Ativos e passivos financeiros não derivativos reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

- (c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais:
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos

que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

- (d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.
- (e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.
- (f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

- (g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.
- (h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

- (i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligada sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.
- (j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.
- (k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.
- (I) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.
- (m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

_	Vida útil	
Edifícios	40 anos	
Instalações	15 anos	
Máquinas e equipamentos	15 anos	
UHE Porto Estrela	35 anos	
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos	

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

- (n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.
- (o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual (desenvolvimento de software) e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.
- (p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na

ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

- (q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.
- (r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.
- (s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.
- (t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.
- (u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.
- (v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.
- (w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".
- (x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5 e nº 7), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 10), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 10, nº 11 e n° 12), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 19), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 18), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 23) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 23.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 20). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 - Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da AMMO VAREJO S.A., da LAT Capital Ltd., da C7S Tecnologia Ltda. e da Compañía Textil Guaraní S.R.L., das quais possui 100% do capital social, direta e indiretamente, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); e (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); todas com participação de 100%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior e os ajustes de avalição patrimonial, estão destacados na demonstração das mutações do patrimônio líquido nas rubricas "Ajustes acumulados de conversão" e "Ajustes de avaliação patrimonial", respectivamente, e são revertidas para resultado quando da baixa dos investimentos que lhes deram origem. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do dólar vigente em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	2022	2021	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	5,5805	-
31 de março	4,7378	5,6973	-15,1%
Taxa média:			
31 de março (3 meses)	5,0782	5,5678	-8,8%

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Contro	ladora	Consc	lidado
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Operações compromissadas (*)	51	43	84 291	130.576
Depósitos no exterior	-	-	49.942	60.855
Depósitos em contas correntes	83	74	3.904	8.334
	134	117	138.137	199.765
	=====	=====	======	======

^(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		
	31.03.2022	31.12.2021	
Fundos de investimentos no exterior	15.798	18.660	
Depósito restrito (1)	2.257	2.296	
Fundo de reserva (2)	5.881	5.881	
	23.936	26.837	
Circulante	(16.273)	(19.219)	
Não circulante	7.663	7.618	
	=====	=====	

⁽¹⁾ Em 31 de março de 2022, a controladora possuía R\$1.782 de depósitos restritos em instituições financeiras (R\$1.737 em 31 de dezembro de 2021), e a controlada SGUS possuía R\$475, equivalente a US\$100 mil (R\$559 equivalente a US\$100 mil, em 31 de dezembro de 2021) na condição de "Compensating balance arrangement".

⁽²⁾ Valor referente ao fundo de reserva da 5ª emissão de debêntures da controlada CSA, equivalentes a 3 parcelas futuras. Vide nota explicativa nº14 às demonstrações contábeis intermediárias.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado		
	31.03.2022	31.12.2021	
Clientes no mercado interno Clientes no mercado externo	341.590 55.768	390.798 48.188	
Operadoras de cartão de crédito	14.125	8.149	
Partes relacionadas – mercado interno	20.186	29.884	
Partes relacionadas – mercado externo	-	1.072	
	431.669	478.091	
Provisão para perda esperada com			
créditos de liquidação duvidosa	(28.683)	(29.156)	
	402.986	448.935	
	=====	=====	

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 78 dias (74 dias em 31 de dezembro de 2021). O saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não houve mudança significativa na composição das duplicatas a receber por idade de vencimento durante o trimestre findo em 31 de março de 2022.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	31.03.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	(29.156)	(27.010)
Adições	-	(1.996)
Variação cambial	473	(150)
Saldo no final do período	(28.683)	(29.156)
	======	======

Considerando as informações subsequentes a 31 de março de 2022, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Consc	Consolidado		
	31.03.2022	31.12.2021		
Matérias-primas e secundários Produtos em elaboração Produtos acabados	95.037 108.052 266.802	86.236 136.599 256.051		
Peças de reposição	36.790	38.827		
	506.681	517.713		
	======	======		

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 31 de março de 2022, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	31.12.2021	(Adições) Baixas	Variação cambial	31.03.2022
Matérias-primas e secundários	(2.555)	(28)	484	(2.099)
Produtos acabados	(13)	-	3	(10)
Peças de reposição	(564)	-	-	(564)
	(3.132)	(28) =====	487 =====	(2.673)
	31.12.2020	(Adições) Baixas	Variação cambial	31.03.2021
Matérias-primas e secundários	(2.251)	(559)	1	(2.809)
Produtos acabados	(23)	8	-	(15)
Peças de reposição	(885)	(318)	-	(1.203)
	(3.159)	(869)	1	(4.027)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

	Consolidado			
Ano	31.03.2022	31.12.2021		
2022	59.497	40.094		
2023	35.748	25.201		
	95.245	65.295		
Circulante	(59.497)	(40.094)		
Não circulante	35.748	25.201		
	======	======		

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado		
	31.03.2022	31.12.2021	
OI: 1	44.200	44.000	
Clientes com pedido de recuperação judicial (a)	11.389	11.389	
Clientes em recuperação judicial (b)	1.407	1.379	
Parcelamento de créditos com clientes (c)	3.742	3.715	
Financiamento no repasse de lojas (d)	743	1.006	
Venda de imóveis (e)	7.625	10.004	
Outros	1.114	1.088	
	26.020	28.581	
Circulante (*)	(11.255)	(12.238)	
Não circulante	14.765	16.343	
	======	======	

- (*) Incluída na rubrica "Outros créditos a receber" no ativo circulante.
- (a) A Lojas Leader S.A. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no dia 3 de março de 2020, o qual teve o processamento deferido em 6 de março de 2020. A Leader reconheceu a totalidade dos créditos com a controlada CSA. A administração da controlada CSA aguarda a homologação da RJ e acredita na recuperação da totalidade dos créditos.
- (b) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 8% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 31 de dezembro de 2020, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$2.127.
- (c) Pagamento em até 32 parcelas mensais com juros de 1,56% a 1,97% ao mês.
- (d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado IGP-M.
- (e) Pagamento em até 18 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês e atualização pelo IPCA.

Considerando as informações subsequentes a 31 de março de 2022, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA

a) Investimentos diretos:

	Patrimônio	Partici- pação	Resultado do	Total do investimento		Resultado de patrimonial (c	•
Controladas	líquido	- %	período	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.03.2021
SGUS CSA	336.624 619.657	100,0 100,0	(4.894) (58.053)	336.624 619.657	401.829 633.305	(4.894) (58.053)	(5.513) (22.293)
				956.281	1.035.134	(62.947)	(27.806)

b) Investimentos indiretos:

Investimentos da SGUS

A controlada SGUS possui 14,27% da Keeco Holdings, LLC, que combinou suas operações com as operações vendidas da SGUS em março de 2019. A Keeco Holdings, LLC é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, utility bedding, e decorative bedding, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norteamericano. No 4º trimestre de 2020, a controlada SGUS disponibilizou para venda essa participação e, portanto, reclassificou o investimento para a rubrica "Ativos mantidos para venda". A expectativa é de conclusão da venda em 2022. A controlada SGUS não espera perdas na realização do investimento.

O saldo em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

		Variação	
	31.12.2021	cambial	31.03.2022
ATIVOS			
NÃO CIRCULANTE:			
Investimentos	37.747	(5.700)	32.047
Intangível	95.108	(14.362)	80.746
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	132.855	(20.062)	112.793
	=======	=======	=======

Investimentos da CSA

	Patri- mônio	Partici- pação	T () ()		vestimentos	Resultado de equiva- os lência patrimonial	
	líquido	- %	período	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.03.2021
Controladas -							
Coteminas Argentina S.A.	110.379	100,00	9.692	110.379	110.844	9.692	4.442
LAT Capital Ltd.	12.119	100,00	58	12.119	14.214	58	752
C7S Tecnologia Ltda. (1)	-	-	-	-	-	-	(827)
AMMO VAREJO S.A. (2)	52.791	100,00	(7.175)	80.094	87.269	(7.175)	(18.143)
Compañía Textil Guaraní S.R.L.	2.904	100,00	(398)	2.904	4.001	(398)	(540)
				205.496	216.328	2.177	(14.316)
				=====	=====	=====	=====

- (1) Em 21 de junho de 2021, a CSA vendeu para sua controlada AMMO a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. ("C7S") por seu valor patrimonial contábil, no valor de R\$23.388. A C7S passou a ser uma controlada indireta da CSA.
- (2) O saldo de investimento inclui ágio da aquisição do investimento, no valor de R\$27.303 (R\$27.303 em 31 de dezembro de 2021), para fins de apresentação nas demonstrações da CSA Controladora, e classificados na rubrica Intangível no balanço consolidado da Companhia.
 - c) Movimentação dos investimentos em controladas:

	31.12.2021	Equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)	Ajustes de avaliação patrimonial	31.03.2022
SGUS CSA	401.829 633.305	(4.894) (58.053)	(60.258) 44.405	(53) -	336.624 619.657
	1.035.134	(62.947) ======	(15.853) ======	(53)	956.281 ======
		Equivalência	Variação cambial sobre investimentos	Ajustes de avaliação	
	31.12.2020	patrimonial	no exterior (1)	patrimonial	31.03.2021
SGUS CSA	385.394 760.651	(5.513) (22.293)	36.958 (25.155)	23 - 	416.862 713.203
	1.146.045 ======	(27.806) =====	11.803 ======	23 ======	1.130.065 ======

(1) Efeito cambial dos investimentos líquidos. Vide nota explicativa nº 23.d.3.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda São Gonçalo		. I		
	Complexo	Complexo	para		
	comercial (1)	residencial (2)	Acreúna (3)	Montes Claros (4)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	324.990	46.950	30.380	57.570	459.890
Adições	184	530	-	-	714
Saldos em 31 de março de 2022	325.174	47.480	30.380	57.570	460.604
	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis para rei	nda São Gonçalo	Imóveis		
	Complexo comercial (1)	Complexo residencial (2)	para valorização Montes Claros (4)	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	306.236	45.034	53.776	405.046	
Adições	141	-	-	141	
Saldos em 31 de março de 2021	306.377	45.034	53.776	405.187	
	=====	======	=====	=====	

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Complexo comercial: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. No primeiro trimestre de 2022, os valores de receita por arrendamento foram de R\$2.910 (R\$2.515 no primeiro trimestre de 2021).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da controlada CSA, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação.

Os valores apurados foram os seguintes:

	31.03.2022	31.12.2021
Custo residual do imóvel	111.691	111.507
Mais valia apurada (a)	213.483	213.483
,		
Valor justo (b)	325.174	324.990
	======	======

- (a) Apurado imposto diferido passivo de R\$72.583 (R\$72.583 em 31 de dezembro de 2021). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.
- (b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2021. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a "abordagem de mercado" (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Complexo residencial: Em 2018, a controlada CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	======	======
Valor justo (b)	47.480	46.950
Mais valia apurada (a)	46.857	46.857
Custo residual do imóvel	623	93
	31.03.2022	31.12.2021

- (a) Apurado imposto diferido passivo de R\$15.931 (R\$15.931 em 31 de dezembro 2021). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.
- (b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2021. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a "abordagem de mercado" (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.
- (3) Imóvel para valorização Acreúna: Em 2021, a controlada CSA desocupou e destinou este imóvel para valorização ou renda. Seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimento e avaliado pelo valor justo. Os valores apurados foram os seguintes:

	======	======
Valor justo (b)	30.380	30.380
Mais valia apurada (a)	11.236	11.236
Custo residual do imóvel	19.144	19.144
	31.03.2022	31.12.2021

- (a) Apurado imposto diferido passivo de R\$3.820 (R\$3.820 em 31 de dezembro 2021). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.
- (b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2021. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a "abordagem de mercado" (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(4) Imóveis para valorização Montes Claros: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada CSA e são assim compostos:

	31.03.2022	31.12.2021
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m²)	31.920	31.920
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m²)	4.600	4.600
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m²)	5.070	5.070
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m²)	15.980	15.980
Total	57.570	57.570
	=====	=====
Custo residual dos imóveis	39.860	39.860
Mais valia apurada (a)	17.710	17.710
Valor justo (b)	57.570	57.570
	=====	=====

- (a) Apurado imposto diferido passivo de R\$6.021 (R\$6.021 em 31 de dezembro 2021). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.
- (b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2021. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a "abordagem de mercado" (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

10. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

			31.12.2021		
	Taxa (*)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	3,2	54.886	(25.738)	29.148	30.892
Edifícios	2,4	346.443	(171.714)	174.729	177.783
Instalações	5,6	222.679	(168.260)	54.419	55.543
Máquinas e equipamentos	6,7	1.177.830	(938.329)	239.501	246.931
UHE - Porto Estrela (**)	3,8	39.954	(22.686)	17.268	17.624
Móveis, utensílios e outros	8,7	121.033	(106.403)	14.630	15.856
Obras em andamento	-	32.002	-	32.002	33.992
		1.994.827	(1.433.130)	561.697	578.621
		=======	=======	=======	=======

^(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

^(**) Vide nota explicativa n° 16 às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
30.892	177.783	55.543	246.931	17.624	15.856	33.992	578.621
181	-	26	2.653	-	308	694	3.862
-	-	-	(3)	-	(13)	-	(16)
(1)	277	1.018	408	3	(8)	(1.697)	-
-	-	-	(102)	-	-	-	(102)
(1.374)	(1.287)	(269)	(474)	-	65	(987)	(4.326)
(550)	(2.044)	(1.899)	(9.912)	(359)	(1.578)	-	(16.342)
29.148	174.729	54.419	239.501	17.268	14.630	32.002	561.697
======	======	======	======	======	======	======	======
Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em anda- mento (2)	Total
26.356	187.549	47.687	259.418	16.772	28.344	69.287	635.413
745	70	93	2.492	-	3.767	5.677	12.844
(12)	-	(53)	(2.393)	-	(3.169)	(268)	(5.895)
175	1.616	8.934	3.689	-	845	(15.259)	-
-	-	(15)	(431)	-	-	-	(446)
-	-	-	-	-	202	-	202
1.267	1.496	439	1.276	-	19	1.236	5.733
(414)	(1.997)	(1.852)	(10.411)	(359)	(1.801)	-	(16.834)
28.117	188.734	55.233	253.640	16.413	28.207	60.673	631.017
	30.892 181 - (1) - (1.374) (550) 29.148 ===== Terrenos e benfeitorias 26.356 745 (12) 175 - 1.267 (414)	benfeitorias Edifícios 30.892 177.783 181 - - - (1) 277 - - (1.374) (1.287) (550) (2.044) - - 29.148 174.729 ====== ====== Terrenos e benfeitorias Edifícios 26.356 187.549 745 70 (12) - 175 1.616 - - 1.267 1.496 (414) (1.997)	benfeitorias Edifícios ções 30.892 177.783 55.543 181 - 26 - - - (1) 277 1.018 - - - (1.374) (1.287) (269) (550) (2.044) (1.899) - - - 29.148 174.729 54.419 ====== ======= Terrenos e benfeitorias Edifícios ções 26.356 187.549 47.687 745 70 93 (12) - (53) 175 1.616 8.934 - - (15) - - (15) - - - 1.267 1.496 439 (414) (1.997) (1.852)	Terrenos e benfeitorias Edifícios Instalações e equipamentos 30.892 177.783 55.543 246.931 181 - 26 2.653 - - - (3) (1) 277 1.018 408 - - - (102) (1.374) (1.287) (269) (474) (550) (2.044) (1.899) (9.912) - - - - 29.148 174.729 54.419 239.501 ====== ====== ====== Terrenos e benfeitorias Edifícios Instalações e equipamentos 26.356 187.549 47.687 259.418 745 70 93 2.492 (12) - (53) (2.393) 175 1.616 8.934 3.689 - - (15) (431) - - (15) (431) - -	Terrenos e benfeitorias Edifícios Instalações e equipamentos Porto Estrela (1) 30.892 177.783 55.543 246.931 17.624 181 - 26 2.653 - - - - (3) - (1) 277 1.018 408 3 - - - (102) - (1.374) (1.287) (269) (474) - (550) (2.044) (1.899) (9.912) (359)	Terrenos e benfeitorias Edifícios Instalações e equipamentos Porto Estrela (1) utensílios e outros 30.892 177.783 55.543 246.931 17.624 15.856 181 - 26 2.653 - 308 - - - (3) - (13) (1) 277 1.018 408 3 (8) - - - (102) - - (1.374) (1.287) (269) (474) - 65 (550) (2.044) (1.899) (9.912) (359) (1.578) 29.148 174.729 54.419 239.501 17.268 14.630 ======= ======= ======= ======== ======= Terrenos e benfeitorias Edifícios Instalações Máquinas e equipamentos UHE Porto Estrela (1) Móveis, utensílios e outros 26.356 187.549 47.687 259.418 16.772 28.344 745 70	Terrenos e benfeitorias Edifícios Edifícios e equipa-mentos Estrela (1) utensílios e outros (2)

- (1) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis intermediárias.
- (2) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 31 de março de 2022, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$4.793 (R\$4.793 em 31 de dezembro de 2021).

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificam os ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica.

Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

		31.12.2021	Variação cambial	Transferência do imobilizado		
Custo		482.352	(69.839)	256	6 412.769	
Depred	ciação	(415.205)	60.693	(154	1) (354.666)	
Provisa	ăo para perda	(51.606)	7.025	-	(44.581)	
		15.541	(2.121)	102	2 13.522	
		=====	=====	=====	======	
				Variação	Transferência	
	31.12.2020	Adições	Baixas	cambial	do imobilizado	31.03.2021
Custo	453.232	_	(1.133)	41.777	2.217	496.093
Depreciação	(388.593)	(122)	1.132 [°]	(36.189)	(1.771)	(425.543)
Provisão para perda	(47.914)	-	-	(4.173)	-	(52.087)
	16.725	(122)	(1)	 1.415	446	18.463
	=====	=====	=====	1.415	=====	=====

11. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

		Consolidado				
			31.03.2022		31.12.2021	
	Taxa (2)		Amortização			
	% a.a.	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	
Imóveis (CSA e AMMO – uso próprio)	44,1	14.114	(10.063)	4.051	4.796	
Imóvel – fábrica (Guarani – uso próprio)	11,7	9.720	(2.548)	7.172	8.781	
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	42.057	(11.390)	30.667	37.153	
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	21,7	104.379	(46.541)	57.838	62.343	
Veículos	38,8	1.880	(1.728)	152	220	
Propriedades para investimentos (1)		58.833	-	58.833	70.416	
Total de direito de uso		230.983	(72.270)	158.713	183.709	
Arrendamentos financeiros a receber (1)		95.836	-	95.836	114.667	
		326.819	(72.270)	254.549	298.376	
		======	======	======	======	

⁽¹⁾ Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada SGUS.

⁽²⁾ A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	lmóvel – fábrica	Imóveis - SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.796	8.781	37.153	62.343	220	70.416	114.667	298.376
Variação cambial	-	(1.326)	(5.547)	-	-	(10.565)	(17.207)	(34.645)
Adições (1)	-	-	-	7.570	-	-	-	7.570
Baixas (2)	-	-	-	(6.794)	-	-	-	(6.794)
Amortização do período	(745)	(283)	(939)	(5.281)	(68)	-	-	(7.316)
Encargos	-	-	-	-	-	1.699	2.595	4.294
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(2.717)	(4.219)	(6.936)
Saldo em 31 de março de 2022	4.051	7.172	30.667	57.838	152	58.833	95.836	254.549
	=====	=====	=====	======	=====	======	======	======
	Imóveis	Imóvel - fábrica	Imóveis - SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamentos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.772	9.419	38.442	56.091	273	92.644	112.889	317.530
Variação cambial	-	908	3.679	-	-	8.895	10.838	24.320
Adições (1)			-	3.867	524	-	-	4.391
Baixas (2)	-	-	-	(965)	-	-	-	(965)
Amortização do período	(745)	(341)	(1.030)	(4.600)	(169)	-	-	(6.885)
Encargos	-	-	-	-	-	2.592	3.011	5.603
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(3.895)	(4.576)	(8.471)
Saldo em 31 de março de 2021	7.027	9.986	41.091	54.393	628	100.236	122.162	335.523

⁽¹⁾ Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

⁽²⁾ Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

	Arrendamentos financeiros		
	a receber		
Ano	31.03.2022	31.12.2021	
2022	11.845	18.589	
2023	15.963	18.801	
2024	16.198	19.079	
2025 em diante	101.283	119.298	
	145.289	175.767	
Ajuste a valor presente	(49.453)	(61.100)	
	95.836	114.667	
Circulante	(14.997)	(17.618)	
Não circulante	80.839	97.049	
	======	======	

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 31 de março de 2022, a controlada SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

12. INTANGÍVEL

	Conso	Consolidado		
	31.03.2022	31.12.2021		
,				
Ágio na aquisição da AMMO (1)	27.303	27.303		
Marcas – próprias (2)	16.267	16.267		
Marcas – licença de uso (3)	10.195	11.482		
Propriedade intelectual (4)	12.762	13.996		
Pontos comerciais (luvas) (5)	25.077	25.077		
Total	91.604	94.125		
	=====	=====		

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.303	16.267	11.482	13.996	25.077	94.125
Amortização Variação cambial	-	- -	(286) (1.001)	(1.234)	-	(1.520) (1.001)
Saldo em 31 de março de 2022	27.303	16.267	10.195	12.762 =====	25.077 =====	91.604

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	27.303	16.267	9.559	18.933	25.077	97.139
Amortização Variação cambial	-	-	(248) 1.255	(1.234)	- -	(1.482) 1.255
Saldo em 31 de março de 2021	27.303	16.267	10.566	17.699 =====	25.077 =====	96.912 =====

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO VAREJO S.A.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2021 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa da controlada indireta AMMO, a controlada CSA não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação do ágio registrado.

- (2) Marcas próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.
- (3) Marcas licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca "Santista" na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.
- (4) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos.
- (5) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$6.574 (R\$6.574 em 31 de dezembro de 2021), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos, e pelos fluxos de caixa das respectivas lojas.

Os itens de (2) a (5) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual		Consc	olidado
	Moeda	de juros - %	Vencimento	31.03.2022	31.12.2021
Moeda nacional:	· · ·	-	_		
Banco do Brasil S.A. (a) (1)	R\$	130,0 e 150,0 do CDI	2023	329.972	339.952
Banco do Brasil S.A CDC	R\$	10,6 a 15,4	2023	55.767	56.034
Banco BBM S.A. – CCB	R\$	7,0 + CDI	2024	8.906	9.760
Banco ABC do Brasil S.A CCE	R\$	4,9 + CDI	2024	25.323	28.341
Banco Bradesco S.A. (b) (1)	R\$	6,0 e 6,1 + CDI	2024	43.568	43.025
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	17	20
Banco Daycoval S.A.	R\$	5,2 a 9,2 + CDI	2024	55.319	52.247
Banco Santander S.A. (c) (1)	R\$	5,6 + CDI	2024	35.924	35.905
Banco Safra S.A CCB	R\$	6,8 e 7,4 + CDI	2024	77.249	77.885
Banco Fibra S.A CCE	R\$	7,5 + CDI	2022	1.678	6.709
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,7 e 6,8 + CDI	2024	19.131	19.955
Caixa Econômica Federal - CCB (1)(2)(d)	R\$	180,0 do CDI	2023	9.616	10.874
Banco Pine S.A.	R\$	7,8 e 8,7 + CDI	2022	3.538	7.708
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	7,7 e 18,0 + CDI	2022	10.031	15.614
Banco ABC do Brasil S.A CCB	R\$	3,9 e 5,6 + CDI	2024	21.030	34.391
Banco BTG Pactual S.A. (e)	R\$	12,5 e 13,9	2023	21.352	27.225
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (2)	R\$	4,4	2025	17.530	18.722
Banco Daycoval S.A.	R\$	14,9	2026	2.154	2.273
Outros	R\$	-	2022	6.594	6.519
				744.699	793.159
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	38,7	2022	-	7.986
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	10,5	2022	4.244	4.921
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,0	2022	35.449	41.251
				39.693	54.158
Total				784.392	847.317
Circulante				(412.106)	(772.280)
Não circulante				372.286 ======	75.037 ======

- (1) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado, os quais foram classificados como passivo circulante em 31 de dezembro de 2021.
- (2) Inclui empréstimos mantidos pela controladora no montante de R\$27.146 (R\$29.596 em 31 de dezembro de 2021).
- (a) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais. Em 2021, parte dos contratos foi renovada com índice financeiro de no máximo 3,5 vezes.
- (b) Empréstimos da controlada CSA, com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a controlada CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras anuais a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 2,0 vezes. Em 2021, parte dos contratos foi renovada, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir o índice financeiro de no máximo 2,5 vezes, a partir de 2022.
- (c) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas

demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

- (d) Empréstimo da controladora, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controladora comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.
- (e) Empréstimo da controlada CSA, com cláusulas de vencimento antecipado, onde a controlada CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro: razão entre Dívida Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a) a (e) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador da SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber. Os vencimentos (originais) dos empréstimos são como segue:

		202	23			
		Curto	Longo		2025 e	
	2022	prazo	prazo	2024	2026	Total
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A.	56.840	17.629	255.503	-	-	329.972
Banco do Brasil S.A CDC	54.622	1.145	-	-	-	55.767
Banco BBM S.A CCB	2.517	833	2.500	3.056	-	8.906
Banco ABC do Brasil S.A CCE	9.229	3.018	9.053	4.023	-	25.323
Banco Bradesco S.A.	6.164	5.000	19.936	12.468	-	43.568
BNDES (Finame)	11	4	2	-	-	17
Banco Daycoval S.A.	28.916	9.764	15.528	1.111	-	55.319
Banco Santander S.A.	12.590	3.889	12.889	6.556	-	35.924
Banco Safra S.A CCB	72.011	714	2.143	2.381	-	77.249
Banco Fibra S.A CCE	1.678	-	-	-	-	1.678
Banco Sofisa S.A.	12.742	833	2.500	3.056	-	19.131
Caixa Econômica Federal - CCB	6.908	2.031	677	-	-	9.616
Banco Pine S.A.	3.538	-	-	-	-	3.538
Banco Industrial do Brasil S.A.	10.031	-	-	-	-	10.031
Banco ABC do Brasil S.A CCB	15.546	968	2.903	1.613	-	21.030
Banco BTG Pactual S.A.	19.555	1.797	-	-	-	21.352
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	3.615	1.193	3.578	4.771	4.373	17.530
Banco Daycoval S.A.	369	119	357	476	833	2.154
Outros	6.594	-	-	-	-	6.594
	323.476	48.937	327.569	39.511	5.206	744.699
Moeda estrangeira:						
Banco Luso Brasileiro S.A.	4.244	-	-	-	-	4.244
Banco do Brasil S.A.	35.449	-	-	-	-	35.449
	39.693	-	-	-	-	39.693
Total	363.169	48.937	327.569	39.511	5.206	784.392
	======	======	======	======	======	======

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	31.03.2022			31.03.2021
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do período	847.317	158.596	1.005.913	969.198
Novas captações ou renovações	30.420	-	30.420	50.163
Juros provisionados	31.871	6.701	38.572	14.769
Amortização de principal	(87.430)	(4.000)	(91.430)	(80.760)
Pagamento de juros	(29.659)	(3.370)	(33.029)	(17.320)
Variação cambial	(8.747)	` - '	`(8.747 [′])	` 5.615 [′]
Encargos antecipados, líquidos	620	67	` 687 [′]	913
Saldo no final do período	784.392	157.994	942.386	942.578
	======	======	======	======

14. DEBÊNTURES

Em 26 de julho de 2021 a controlada CSA emitiu 160.000 debêntures não conversível em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização ("Virgo"). As características das debêntures são as seguintes:

Características da 5ª emissão de debêntures

Quantidade de debênture emitida	160.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1.000,00
Amortização	120 parcelas iguais
Vencimento inicial	18/08/2021
Vencimento final	17/07/2031
Remuneração	IPCA + 8%a.a.
Amortização da remuneração	Mensal
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenants)	(2)

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a 3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

(1) Garantia Real: Imóveis da CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,8 vezes o saldo devedor das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 2,0 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem

parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de alugueis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a conclusão da venda de investimento na SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,65 vezes em 2022 e 2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da SGUS) de no mínimo 1,2 vezes.

Os saldos das debêntures, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, eram assim compostos:

	Consol	Consolidado				
	31.03.2022	31.12.2021				
Valor original a vencer Encargos antecipados Juros provisionados	149.333 (2.482) 11.143	153.333 (2.548) 7.811				
Total das debêntures Circulante (*)	157.994 (16.927)	158.596 (158.596)				
Não circulante	141.067 =====	 - ======				

^(*) Contrato com cláusulas de vencimento antecipado, o qual foi classificado como passivo circulante em 31 de dezembro de 2021.

15. FORNECEDORES

	Conso	Consolidado			
	31.03.2022	31.12.2021			
Mercado interno Mercado externo	243.721 28.998	227.474 31.446			
	272.719	258.920			
	=====	=====			

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 97 dias (85 dias em 31 de dezembro de 2021).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997

Prazo de concessão: 35 anos Valor total da concessão: R\$333.310 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano	16º ao 25º ano	26º ao 35º ano
	2002 a 2012	2013 a 2022	2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	10.693	1.023.085	1.666.159
	=====	=====	=======

A controlada CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M.

As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado			
	31.03.2022	31.03.2021		
Saldo inicial	95.584	80.868		
Apropriação das parcelas da outorga	1.548	1.324		
Pagamentos	(7.989)	(5.900)		
Juros (7,5% a.a.)	7.205	5.735		
Variação monetária (IGP-M)	4.004	3.738		
	100.352	85.765		
Circulante	(48.393)	(29.368)		
Não circulante	51.959	56.397		
	======	======		

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de março de 2022, somam R\$17.268 (R\$17.624 em 31 de dezembro de 2021) (vide nota explicativa n°10 às demonstrações

contábeis intermediárias) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

		Consolidado			
	Vencimentos	31.03.2022	31.12.2021		
Imóveis	2024	4.668	5.465		
lmóvel – fábrica	2028	7.864	9.529		
SGUS (*)	2030	203.769	243.919		
Imóveis – lojas	2027	61.614	66.592		
Veículos	2023	161	231		
		278.076	325.736		
Circulante		(58.435)	(65.356)		
Não circulante		219.641	260.380		
		======	======		

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

		2023				
		Curto	Longo		2025 a	
	2022	prazo	prazo	2024	2030	Total
Imóveis	2.750	916	1.257	70	-	4.993
lmóvel – fábrica	1.235	412	1.235	1.647	5.901	10.430
SGUS (*)	25.812	8.651	26.020	34.951	215.754	311.188
Imóveis – lojas	16.301	5.348	15.369	16.853	19.557	73.428
Veículos	166	-	-	-	-	166
Total bruto	46.264	15.327	43.881	53.521	241.212	400.205
Ajuste a valor presente	(1.839)	(1.317)	(5.672)	(10.809)	(102.492)	(122.129)
Total a pagar	44.425	14.010	38.209	42.712	138.720	278.076
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis – SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	31.03.2022					31.03.2021	
		Imóvel –		Imóveis –			
	Imóveis	fábrica	SGUS	lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do período	5.465	9.529	243.919	66.592	231	325.736	345.754
Adições (1)	-	-	-	7.570	-	7.570	4.391
Baixas (2)	-	-	-	(7.746)	-	(7.746)	(1.056)
Encargos	120	186	5.644	1.941	5	7.896	8.827
Pagamentos	(917)	(412)	(9.199)	(6.743)	(75)	(17.346)	(18.532)
Renegociações (3)	-	-	-	-	-	-	(1.206)
Variação cambial	-	(1.439)	(36.595)	-	-	(38.034)	26.515
Saldo no final do período	4.668	7.864	203.769	61.614	161	278.076	364.693

- (1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.
- (2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.
- (3) Em função da pandemia da COVID-19, a controlada indireta AMMO renegociou os aluguéis de algumas lojas junto aos arrendadores, obtendo isenção ou redução do valor do aluguel mínimo referente aos meses em que as lojas estiveram fechadas, atendendo as orientações de cada município. De acordo com a revisão do CPC 06 (R2), a controlada indireta AMMO adotou o expediente prático, e ajustou os passivos dos arrendamentos no valor das reduções obtidas.

Os efeitos no resultado para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021 são como segue:

	31.03.2022						31.03.2021
		lmóvel –		Imóveis –			
	Imóveis	fábrica	SGUS	lojas	Veículos	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no período	917	412	9.199	6.743	75	17.346	18.532
PIS e COFINS recuperado	-	-	-	(624)	-	(624)	(547)
Renegociações	-	-	-	-	-	-	1.206
Amortização de direitos de uso	(745)	(283)	(939)	(5.281)	(68)	(7.316)	(6.885)
PIS e COFINS sobre amortização	-	-	-	456	-	456	439
Encargos, líquidos	(120)	(186)	(1.350)	(1.941)	(5)	(3.602)	(3.224)
PIS e COFINS sobre juros	-	-	-	168	-	168	108
Baixas, líquidas	-	-	-	952	-	952	91
Subarrendamentos recebidos	-	-	(6.936)	-	-	(6.936)	(8.471)
Total dos efeitos com a aplicação							
da norma IFRS 16	52	(57)	(26)	473	2	444	1.249
	======	======	======	======	======	======	======

18. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

		3	1.03.2022		
	SGPSA	CSA			
	(Controladora)	Consolidado	SGUS	Outros	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(64.759)	(57.991)	(4.882)	62.947	(64.685)
Equivalência patrimonial	62.947	· -		(62.947)	· -
Subvenção para investimentos Diferenças permanentes de controladas	-	(7.273)	-	-	(7.273)
no exterior	-	_	(2.531)	-	(2.531)
Outros	-	208	-	-	208
Base de cálculo dos impostos	(1.812)	(65.056)	(7.413)	-	(74.281)
Alíquota de 34%	616	22.118	2.520	-	25.254
Créditos fiscais não constituídos	(616)	(22.124)	(2.532)	-	(25.272)
Outros	-	(56)	-	-	(56)
Total dos impostos sobre o lucro		(62)	(12)	-	(74)
	======	======	======	======	======
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(62)	(12)	-	(74)
	SGPSA	Outros	Outros		
	(Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	(1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(27.404)	(25.852)	(5.573)	27.950	(30.879)
Equivalência patrimonial	27.806	-	-	(27.806)	-
Subvenção para investimentos	-	(15.976)	-	-	(15.976)
Diferenças permanentes de controladas					
no exterior	-	-	(507)	-	(507)
Outros	- 	185 	-	-	185
Base de cálculo dos impostos	402	(41.643)	(6.080)	144	(47.177)
Alíquota de 34%	(137)	14.159	2.068	(49)	16.041
Créditos fiscais não constituídos	(466)	(10.544)	(2.152)	49	(13.113)
Outros		(56)	-	-	(56)
Total dos impostos sobre o lucro	(603)	3.559	(84)	-	2.872
	======	======	======	======	======
Impostos sobre o lucro – corrente	(603)	(60)	(84)	-	(747)
Impostos sobre o lucro – diferido		3.619			3.619

2.872

⁽¹⁾ Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2021	Variação cambial	Outros	Saldos em 31.03.2022
Ativo:				
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	341	-	(73)	268
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	16.783
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	17.245	(2.604)	-	14.641
Diferenças temporárias (AMMO - Brasil) (1) (a)	532	-	10	542
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	1.905
	36.806	(2.604)	(63)	34.139
Imposto diferido passivo:		, ,	` ,	
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(98.355)	-	-	(98.355)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(5.369)	-	1.151	(4.218)
Total de impostos diferidos, líquidos	(66.918)	(2.604)	1.088	(68.434)
	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	20.023	(2.604)	(63)	17.356
Total do passivo não circulante (soma de p)	(86.941)	(2.004)	1.151	(85.790)
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía R\$131.776 em prejuízos fiscais (R\$129.964 em 31 de dezembro de 2021) e R\$131.776 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$129.964 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(1) Impostos diferidos da controlada CSA:

Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

	Consolidado				
	Diferenças	Prejuízos			
Ano	temporárias	fiscais	Total		
2022	3.766	-	3.766		
A partir de 2025	13.827	-	13.827		
	17.593	-	17.593		
	======	======	=====		

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 31 de março de 2022, a controlada CSA possuía R\$1.239.185 em prejuízos fiscais (R\$1.169.015 em 31 de dezembro de 2021) e R\$1.245.566 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$1.175.351 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias. Em 31 de março de 2022, a controlada indireta AMMO possuía R\$386.939 em prejuízos fiscais (R\$384.830 em 31 de dezembro de 2021) e R\$386.968 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$384.859 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóvel	Imóveis	
	Complexo comercial (9.1)	Complexo residencial (9.2)	para renda Acreúna (9.3)	para valorização Montes Claros (9.4)	Total
Valor justo	325.174	47.480	30.380	57.570	460.604
Total do custo residual	(111.691)	(623)	(19.144)	(39.860)	(171.318)
Mais valia apurada	213.483	46.857	11.236	17.710	289.286
Imposto de renda e contribuição					
social a pagar sobre mais valia (34%)	72.583	15.931	3.820	6.021	98.355
	=====	=====	=====	=====	=====

(2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

A controlada SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada SGUS possui saldo de impostos diferidos ativos, em 31 de março de 2022, no valor de R\$14.641 (R\$17.245 em 31 de dezembro de 2021). A redução dos impostos diferidos no primeiro trimestre de 2022 deve-se ao impacto da variação cambial.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de março de 2022, é como segue:

	Controlada
Ano	SGUS
2022	14.641
	======

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2021 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de março de 2022, a controlada SGUS possui saldo de R\$1.162.766 em prejuízos fiscais (R\$\$1.369.584 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

c. Impostos a recuperar

	Consolidado		
	31.03.2022	31.12.2021	
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	16.826	15.318	
Imposto de renda e contribuição social antecipados	13.454	11.612	
PIS e COFINS a recuperar (*)	55.062	61.823	
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	2.332	7.903	
IPTU a compensar	8.938	8.761	
Outros impostos a recuperar	276	278	
	96.888	105.695	
Circulante	(66.875)	(76.609)	
Não circulante	30.013	29.086	
	======	======	

^(*) O saldo consolidado inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS.

d. Impostos parcelados

Os parcelamentos de impostos consolidado são atualizados pela taxa SELIC e são como seque:

	Consolidado		
	31.03.2022	31.12.2021	
Parcelamentos Estaduais	38.848	36.995	
Parcelamentos Federais	162.549	125.305	
Outros parcelamentos	12.307	13.022	
(-) Créditos a compensar (*)	(82.518)	(81.666)	
	131.186	93.656	
Circulante	(68.712)	(57.002)	
Não circulante	62.474	36.654	
	======	======	

^(*) Em dezembro de 2021, a controlada CSA recebeu das partes relacionadas Companhia Tecidos Santanense e da Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas, direitos relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, no valor de R\$50.805 e R\$30.861, respectivamente. Esses direitos são objeto de ação de execução de sentença, que serão compensados com débitos tributários da controlada CSA.

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

		2023				
	2022	Curto prazo	Longo prazo	2024	2025 a 2028	Total
Parcelamentos Estaduais	20.497	3.067	3.863	4.543	6.878	38.848
Parcelamentos Federais	30.814	10.268	28.618	36.669	56.180	162.549
Outros parcelamentos	3.049	1.017	3.000	2.436	2.805	12.307
(-) Créditos a compensar	-	-	(19.223)	(22.765)	(40.530)	(82.518)
Total a pagar	54.360 =====	14.352 =====	16.258 =====	20.883	25.333 =====	131.186 =====

19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$38.846, R\$3.097 e R\$41.322 respectivamente (R\$38.846, R\$2.618 e R\$41.622 respectivamente, em 31 de dezembro de 2021). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (ii) apuração de crédito presumido FAIN (R\$5.871); (iii) glosas de créditos de COFINS (R\$7.245); (iv) estorno de crédito de ICMS sobre energia elétrica (R\$4.547); e (v) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160). O principal processo cível corresponde a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE cujo valor corresponde a R\$38.701 que objetiva o afastamento de possíveis ônus

financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Conso	Consolidado		
	31.03.2022	31.12.2021		
	·			
Tributários	113	113		
Trabalhistas	8.958	9.076		
Cíveis e outras	4.461	4.587		
Total	13.532	13.776		
	=====	=====		
Depósitos judiciais	8.528	8.448		
	=====	=====		

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

			Cíveis e	
	Tributários	Trabalhistas	outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	113	9.076	4.587	13.776
Adições	-	248	238	486
Baixas	-	(153)	(55)	(208)
Variação cambial	-	(213)	(309)	(522)
Saldo em 31 de março de 2022	113	8.958	4.461	13.532
	=====	=====	=====	=====
			Cíveis e	
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e outras	Total
		Trabalhistas	outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	Tributários 110	Trabalhistas 9.542	_	Total 13.386
		9.542	outras 3.734	13.386
Adições	110	9.542	3.734 7	13.386 159
		9.542	outras 3.734	13.386
Adições	110	9.542	3.734 7	13.386 159
Adições Baixas Variação cambial	110 - (2) -	9.542 152 (183) 3	outras 3.734 7 (190) 3	13.386 159 (375) 6
Adições Baixas	110	9.542 152 (183)	3.734 7 (190)	13.386 159 (375)

20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 31 de março de 2022 e 2021:

	31.03.2022	31.03.2021
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	375	484
Custo dos juros, líquido	689	717
Custo líquido do benefício	1.064	1.201
-		

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	31.03.2022	31.12.2021
Provisão para plano de pensão Outras provisões de benefícios a funcionários	121.820 2.100	142.237 2.896
Total do plano de aposentadoria e benefícios	123.920	145.133
Circulante (a)	(13.326)	(15.696)
Não circulante	110.594 ======	129.437

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de março de 2022.

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Ajustes acumulados de conversão

São registrados como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial dos investimentos líquidos de saldos com partes relacionadas no exterior, referente às controladas diretas e indiretas.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam a participação reflexa dos ganhos e perdas não realizados em: (i) mais valia apurada após o reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo de controladas; e (ii) ganhos e perdas atuariais de planos de benefício definido de controladas.

22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Controladora:				
Coteminas S.A.	-	-	24.159	19.654
	-	-	24.159	19.654
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	133.364	99.538	-	-
Coteminas International Ltd.	4.734	5.577	662	764
Sucursal Argentina	23	26	-	-
Santanense Argentina	38	48	-	-
Companhia Tecidos Santanense	25.980	18.212	-	-
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	98	-	-
	164.139	123.499	662	764
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros	
	receita (despesa)	
	31.03.2022	31.03.2021
Controladora:		
Coteminas S.A.	(576)	(222)
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	(2)	(3)
	(578)	(225)
	=====	=====
Consolidado:		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	4.089	2.596
Companhia Tecidos Santanense	182	137
Coteminas International Ltd.	(15)	(5)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(1)	-
	4.255	2.728
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pelo controlador sobre empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas. Em 31 de março de 2022, o valor de R\$5.137 estava contabilizado, sendo R\$2.936 na rubrica "Outros créditos a receber" no ativo circulante (R\$2.936 em 31 de dezembro de 2021) e R\$2.201 na rubrica "Outros" no ativo não circulante (R\$2.935 em 31 de dezembro de 2021), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. No primeiro trimestre de 2022, foi apropriado o valor de R\$734 como despesa financeira na rubrica "Despesas bancárias, impostos, descontos e outros" (R\$1.000 no mesmo período de 2021).

No primeiro trimestre de 2022, a controlada CSA forneceu produtos intermediários para a parte relacionada Companhia Tecidos Santanense, empresa ligada, no valor de R\$40.295 (R\$11.083 no mesmo período de 2021). O saldo a receber referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa n° 5.

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas e a controlada indireta AMMO possuem contrato de locação do imóvel onde se situam o seu centro de distribuição e seu escritório. No primeiro trimestre de 2022, foi apropriado como despesa de aluguel, o valor de R\$1.294 (R\$1.024 no mesmo período de 2021).

A controlada CSA e a Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas, permutaram contratos com previsão de entrega futura de algodão, em quantidades idênticas e a preços de mercado, atendendo melhor às necessidades das companhias.

Em 31 de março de 2022, a controlada indireta LAT Capital Ltd. possuía R\$15.621 (R\$18.457 em 31 de dezembro de 2021), em aplicações em fundos de investimentos e depósitos no exterior, recebidos da Coteminas International Ltd., empresa sob controle comum.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica "Honorários da administração" e incluem os benefícios de longo prazo e pósemprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consc	olidado
	31.03.2022	31.03.2022 31.03.2021		31.03.2021
			·	
Conselheiros	292	228	491	228
Diretores estatutários	-	-	707	576
Outros diretores	-	-	2.583	2.355
	292	228	3.781	3.159
	======	======	=====	======

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

<u>a) Considerações gerais</u>--A Companhia e suas controladas podem realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas nas demonstrações contábeis intermediárias e seus saldos estão descritos no quadro abaixo.

	Contro	ladora	Consolidado		
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021	
ATIVOS FINANCEIROS					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	134	117	138.137	199.765	
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	16.273	19.219	
Duplicatas a receber	-	-	402.986	448.935	
Outros créditos a receber	1.274	968	27.054	28.300	
Títulos e valores mobiliários (nc)	1.782	1.737	7.663	7.618	
Valores a receber – clientes	-	-	14.765	16.343	
Partes relacionadas	-	-	164.139	123.499	
Depósitos judiciais	-	-	8.528	8.448	
Outros	-	-	51.685	55.931	
PASSIVOS FINANCEIROS					
Custo amortizado:					
Empréstimos e financiamentos (c)	13.747	15.681	412.106	772.280	
Debêntures (c)	-	-	16.927	158.596	
Fornecedores	124	10	272.719	258.920	
Concessões governamentais (c)	-	-	48.393	41.148	
Outras contas a pagar	-	-	68.159	74.569	
Empréstimos e financiamentos (nc)	13.399	13.915	372.286	75.037	
Debêntures (nc)	-	-	141.067	-	
Partes relacionadas	24.159	19.654	662	764	
Concessões governamentais (nc)	-	-	51.959	54.436	
Outras obrigações	-	-	21.459	2.408	

⁽c) circulante

⁽nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

- <u>b) Valor justo</u>-Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.
- c) Classificação dos instrumentos financeiros-Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.
- d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:
- <u>d.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos</u>--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não havia operações com instrumentos derivativos em aberto.

- <u>d.2 Política de uso de derivativos</u>--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.
- <u>d.3 Risco de taxa de câmbio</u>--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

39

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	31.03.2022				
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	110.379	2.586.258	-	-	(10.157)
LAT Capital	12.119	-	2.588	-	(2.153)
Têxtil Guarani	2.904	-	-	4.262.048	(768)
SGUS	336.624	-	71.051	-	(60.258)
	462.026	2.586.258	73.639	4.262.048	(73.336)
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(93.861)	-	(19.811)	-	16.833
SGUS	(226.266)	-	(47.758)	-	40.650
	(320.127)		(67.569)		57.483
Total de investimentos líquidos	141.899	2.586.258	6.070	4.262.048	(15.853)
	======	======	======	======	======

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e controladas:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	31.03.2022	31.12.2021
Duplicatas a receber	19.103	21.661
Fornecedores	(7.587)	(9.615)
Empréstimos e financiamentos	(39.693)	(46.172)
Partes relacionadas	(663)	(764)
Total da exposição em Reais	(28.840)	(34.890)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de		
dólares equivalentes	(6.087)	(6.252)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de março de 2022 é como segue:

		Valor da exposição		Cenários	
Vencimento	Risco	US\$ mil	Provável	II	III
2022	Alta do Dólar	(6.087)	(793)	(8.201)	(15.609)

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

- <u>d.4 Risco de preços de commodities (algodão)</u>--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. Em 31 de março de 2022, a controlada CSA registrou um ganho de R\$10.226.
- <u>d.5 Risco de taxa de juros</u>--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.
 - d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica "Despesas financeiras – juros sobre empréstimos". Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos períodos findos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

	31.03.2022				31.12.2021	
Descrição	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	110.000	1.393	(1.653)	109.740	109.207	
Contrato de empréstimo Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	110.000	1.393	(1.653)	109.740	109.207	

	31.03.2022				31.12.2021
Descrição	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: março/2022	-	- -	-		11.388
Contrato de empréstimo Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	110.000	1.201	(709)	110.492 329.972	110.150 339.952
(referência à nota explicativa nº 13)				329.972	339.952
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2024	8.889	17	-	8.906	9.760
(referência à nota explicativa nº 13)				8.906	9.760
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	9.465	63	-	9.528	10.665
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	5.227	38	-	5.265	5.892
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	5.227	38	-	5.265	5.892
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	5.227	38	-	5.265	5.892
(referência à nota explicativa nº 13)				25.323	28.341
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024	12.341	820	-	13.161	12.671
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2024	30.000	407	_	30.407	30.354
,				43.568	43 025
(referência à nota explicativa nº 13)				43.506	43.025
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023	6.989	169	-	7.158	8.338
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023	7.595	190	-	7.785	9.061

	31.03.2022				31.12.2021
Descrição	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A.					
Vencimento: julho/2022	2.471	25	-	2.496	4.364
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 7,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A.					
Vencimento: abril/2024	6.944	54	-	6.998	7.831
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Daycoval S.A.					
Vencimento: abril/2023	10.002	360	-	10.362	12.354
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 9,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A.					
Vencimento: abril/2023	10.000	430	-	10.430	10.299
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 8,7% Contraparte: Banco Daycoval S.A.					
Vencimento: agosto/2023	10.000	90	-	10.090	-
(referência à nota explicativa nº 13)				55.319	52.247
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2024	12.000	428	-	12.428	12.380
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A.					
Vencimento: maio/2024	11.000	201	-	11.201	11.218
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A.					
Vencimento: maio/2024	12.000	295	-	12.295	12.307
(referência à nota explicativa nº 13)				35.924	35.905
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: maio/2022	40.000	585	_	40.585	40.534
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 7,4%	10.000	000		10.000	10.001
Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: maio/2022	4.000	56	-	4.056	4.049
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2024	7.381	30	-	7.411	8.124
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 7,4%					
Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: abril/2022	10.000	19	-	10.019	10.016

	31.03.2022 31.12.20				31.12.2021
Descrição	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: maio/2022	5.000	62	-	5.062	5.057
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: maio/2022	5.000	45	-	5.045	5.042
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: junho/2022	5.000	71	-	5.071	5.063
(referência à nota explicativa nº 13) Contrato de empréstimo Juros: CDI + 7,5%				77.249	77.885
Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2022	1.667	11	-	1.678	6.709
(referência à nota explicativa nº 13)				1.678	6.709
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: maio/2022	10.000	130	-	10.130	10.129
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024 (referência à nota explicativa nº 13)	8.889	112	-	9.001 19.131	9.826 19.955
Contrato de empréstimo					
Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal - CCB Vencimento: abril/2023	9.479	137	-	9.616	10.874
(referência à nota explicativa nº 13)				9.616	10.874
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2022	2.400	14	-	2.414	3.218
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 8,7% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: abril/2022	1.111	13	_	1.124	4.490
(referência à nota explicativa nº 13)				3.538	7.708
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 7,7% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: julho/2022	5.455	7	-	5.462	9.556
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 18,0%					
Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	1.000	31	-	1.031	1.031

	31.03.2022				31.12.2021
Descrição	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 7,7% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2022	3.500	38	-	3.538	5.027
(referência à nota explicativa nº 13)				10.031	15.614
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2024	8.387	14	-	8.401	9.368
Contrato de empréstimo Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: junho/2022 (referência à nota explicativa nº 13)	12.500	129	-	12.629 21.030	25.023 34.391
Debêntures 5ª série Juros: IPCA + 8,0 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: julho/2031 (referência à nota explicativa nº 14)	149.333	11.143	(2.482)	157.994 157.994	158.596 158.596
	785.479 =====	20.297	(6.497) ======	799.279 =====	840.962 =====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de março de 2022, é como segue:

		Saldo	Cenários		
Vencimento	Risco	médio	Provável	<u> </u>	
2022	Alta da taxa	564.585	52.195	62.756	72.620
2023	Alta da taxa	417.422	77.181	89.748	106.070
2024	Alta da taxa	144.028	18.798	14.418	15.353
2025	Alta da taxa	98.000	13.745	10.561	11.162
2026	Alta da taxa	82.000	11.471	9.135	9.701
2027	Alta da taxa	66.000	9.239	7.357	7.813
2028	Alta da taxa	50.000	7.076	5.635	5.984
2029	Alta da taxa	34.000	4.765	3.794	4.030
2030	Alta da taxa	18.000	2.521	2.007	2.132
2031	Alta da taxa	5.333	432	344	365
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

<u>d.6 - Risco de crédito</u>--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

- <u>d.7 Gestão de liquidez</u>-- A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de março de 2022, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.
- <u>d.8 Gestão de capital</u>--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado		
	31.03.2022	31.12.2021	
Empréstimos e financiamentos	784.392	847.317	
Debêntures	157.994	158.596	
Caixa e equivalentes de caixa	(138.137)	(199.765)	
Títulos e valores mobiliários	(23.936)	(26.837)	
Total da dívida líquida	780.313	779.311	
Total do patrimônio líquido	909.776	990.441	
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.690.089	1.769.752	
	======	======	

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: "Atacado" e "Varejo".

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a

46

denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As vendas realizadas pela controlada CSA para a controlada indireta AMMO são excluídas no quadro abaixo, no segmento Atacado, para que seja demonstrado somente as vendas realizadas para terceiros e que coincidam com a gestão de cada segmento de negócio, Atacado e Varejo. A avaliação do desempenho de cada segmento, não inclui as vendas realizadas entre as companhias.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	31.03.2022			
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida Custo dos produtos vendidos		97,5 (48,4)		381,3 (257,7)
Lucro bruto Despesas de vendas, gerais e administrativas Outros	74,5 (56,7) (0,7)	(48,6)	(4,4) (0,5)	123,6 (109,7) (0,5)
Resultado das operações	17,1	1,2	(4,9)	13,4
Resultado financeiro	-	(8,3)	(69,8)	(78,1)
Resultado antes dos impostos	17,1	(7,1)	(74,7)	(64,7)
Depreciação e amortização	15,9 =====	7,7 =====	,	24,7 =====
	31.03.2021			
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida Custo dos produtos vendidos		104,4 (49,8)	- -	
	(== :,:)	(43,0)	_	(271,5)
Lucro bruto Despesas de vendas, gerais e administrativas Outros	104,3	54,6	 (5,7)	158,9
Despesas de vendas, gerais e administrativas	104,3 (64,1)	54,6 (54,5) 0,2	(5,7) (5,1)	158,9 (124,3) (6,3)
Despesas de vendas, gerais e administrativas Outros	104,3 (64,1) (6,6)	54,6 (54,5) 0,2 	(5,7) (5,1)	158,9 (124,3) (6,3)
Despesas de vendas, gerais e administrativas Outros Resultado das operações	104,3 (64,1) (6,6)	54,6 (54,5) 0,2 0,3 (6,9)	(5,7) 0,1 (5,6)	158,9 (124,3) (6,3)

^(*) Inclui despesas da controladora e resultados das operações continuadas da controlada SGUS.

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado		
	31.03.2022	31.03.2021	
Vendas líquidas (em milhões de Reais):			
Cama, mesa e banho	213,9	238,9	
Produtos intermediários	69,9	87,1	
Varejo	97,5	104,4	
	381,3	430,4	
	=======	=======	
Volumes (toneladas mil):			
Cama, mesa e banho	4,3	5,1	
Produtos intermediários	4,1	6,5	
	8,4	11,6	
	=======	=======	

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos no segmento atacado em 31 de março de 2022.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	31.03.2022	31.03.2021
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	511.909	597.487
Deduções das receitas	(130.633)	(167.129)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	381.276	430.358
	=======	=======

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	31.03.2022	31.03.2021
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços		
adquiridos de terceiros	(230.902)	(323.443)
Benefícios a empregados	(87.707)	(93.300)
INSS	(8.676)	(10.996)
Depreciação e amortização	(24.722)	(24.547)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	(15.368)	56.488
Total por natureza	(367.375)	(395.798)
	=======	=======

Por função:

	Consc	Consolidado		
	31.03.2022	31.03.2021		
Custo dos produtos vendidos Vendas Gerais e administrativas Honorários da administração	(257.661) (76.524) (29.409) (3.781)	(271.524) (91.234) (29.881) (3.159)		
Total por função	(367.375) =======	(395.798)		

27. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	31.03.2022	31.03.2021
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(64.759)	(28.007)
Número médio ponderado das ações ordinárias	50.000.000	50.000.000
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	(1,2952) =====	(0,5601) =====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

* * * * * * * * * * * * * * *



SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF N° 07.718.269/0001-57 NIRE 3130002243-9 Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2022, emitido nesta data.

São Paulo, 16 de maio de 2022.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva Diretor Presidente

Pedro Garcia Bastos Neto Diretor de Assuntos Corporativos e financeiro

Alessandra Eloy Gadelha Diretora de Relações com Investidores



SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF N° 07.718.269/0001-57 NIRE 3130002243-9 Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 16 de maio de 2022.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva Diretor Presidente Pedro Garcia Bastos Neto Diretor de Assuntos Corporativos e financeiro

Alessandra Eloy Gadelha Diretora de Relações com Investidores